

# POR UMA TEORIA CRÍTICA DO AUTORITARISMO: DEMOCRACIA FORMAL E RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO BURGUESAS

*For a Critical Theory of Authoritarianism:  
Formal Democracy and Bourgeois Relationships of Domination*

VLADIMIR PUZONE\*  
[vpuzone@gmail.com](mailto:vpuzone@gmail.com)

Data de recebimento: 31 de março de 2021

Data de aceitação: 26 de julho de 2021

## RESUMO

O texto começa com uma reconstrução da relação entre democracia liberal e autoritarismo a partir de alguns trabalhos de Adorno em torno da pesquisa sobre a personalidade autoritária, mostrando como a passagem entre esses momentos deve ser entendida pelas limitações formais da primeira. Em seguida, será reconstruído o conceito de autoridade de Horkheimer, pois ele complementa e aprofunda as teses desenvolvidas por Adorno. Por fim, o ensaio contém reflexões provisórias a respeito da possibilidade de utilizar os conceitos da teoria crítica para compreender os nexos entre as transformações do período neoliberal e a ascensão de movimentos autoritários e de extrema direita.

*Palavras-chave:* democracia liberal, autoritarismo, personalidade autoritária, dominação, neoliberalismo.

## ABSTRACT

The text begins with a reconstruction of the relationship between liberal democracy and authoritarianism based on some of Adorno's works about the research on the authoritarian personality, showing how the passage between those moments should be understood by the formal limitations of the first. Then, Horkheimer's concept of authority will be reconstructed, as it complements and deepens the theses developed by Adorno. Finally, the essay contains provisional reflections on the possibility of using the concepts of critical theory to understand the links between the transformations of the neoliberal period and the rise of authoritarian and extreme right movements.

*Keywords:* liberal democracy, authoritarianism, authoritarian personality, domination, neoliberalism.

---

\* Universidade de Brasília, Brasil.

Temos visto nos últimos anos a ascensão de movimentos de extrema direita, assim como a formação de governos com medidas autoritárias, como foi o caso de Donald Trump nos Estados Unidos, e ainda é o caso de Jair Bolsonaro no Brasil e Narendra Modi, na Índia, para mencionar alguns exemplos. Em particular, a liderança de Trump representou não apenas a possibilidade de uma frente de governos autoritários pelo mundo, mas também o estabelecimento de debates acerca da própria caracterização do momento histórico. Não seria mero acaso que os textos e autores da teoria crítica retornassem ao centro dos debates intelectuais e políticos, já que as possíveis semelhanças entre a contemporaneidade e a primeira metade do século XX envolvem a configuração de um novo horizonte autoritário.

O momento atual dos debates em torno da teoria crítica, partindo da redescoberta de vários aspectos das obras de Theodor W. Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse, entre outros, e que foram colocados em segundo plano depois de suas mortes, aponta para algumas dimensões centrais dos problemas políticos e sociais contemporâneos. Por um lado, o novo momento da teoria crítica permite que muitos trabalhos revisitem aspectos de textos e ensaios escritos entre as décadas de 1930 e 1970. Este é o caso, por exemplo, das tentativas bastante instigantes de atualização de suas análises e conceitos, como o de “populismo autoritário” (Demirović 2018; Morelock, 2018). Por meio dele, procura-se dar conta das transformações mais recentes do capitalismo em sua época neoliberal e associá-las à ascensão das novas direitas. Por outro lado, tal reexame não se limita a uma simples exegese dos termos da teoria crítica, uma vez que a reconstrução dos problemas e conceitos tem em vista compreender se eles ainda são adequados para a compreensão do presente histórico e como eles podem ser empregados atualmente. Reconhecendo-se que a teoria crítica possui um núcleo temporal, com seus conceitos e análises ligados ao período em que seus autores escreveram, nos perguntamos como é possível dar conta de fenômenos atuais, tendo em vista a reorganização do capitalismo depois dos anos 1970.

Efetivamente, a dinâmica capitalista se alterou nas décadas seguintes às mortes da primeira geração de membros do Instituto de Pesquisa Social. Contudo, uma das ideias centrais desenvolvidas por seus autores, sobretudo em Adorno e Marcuse, diz respeito à maneira como relações fundamentais da sociedade burguesa mantém sua essência em funcionamento (Vasconcellos e Puzone, 2018). O fato de que a maioria das pessoas precise colocar suas capacidades físicas e intelectuais à

disposição de outras, por exemplo, continua a determinar a vida dos indivíduos. Isso não acontece a despeito de transformações sociais nessas relações, mas precisamente por meio delas. Mudanças na forma de organização da força de trabalho e no aparato técnico da produção foram realizadas para que a acumulação capitalista pudesse seguir sua expansão – e elas certamente trouxeram novas implicações para a vida pessoal. A compreensão desse nexos entre os traços essenciais da sociedade burguesa e suas modificações distingue as preocupações da teoria crítica.

Seria possível dizer mesmo que a sobrevivência das relações burguesas, quando já estão dadas há algum tempo as possibilidades técnicas de que os indivíduos não precisem mais padecer de necessidades, atualiza os termos da teoria crítica. O retorno de formas extremadas e violentas de imposição da ordem social se dá em ocasiões em que a revolta dos indivíduos com essa mesma ordem se reverte a favor dela, ressurgimento que ocorre ainda que os traços particulares dessa ordem tenham se modificado. Essa constitui uma indicação a ser tomada das reflexões da teoria crítica. Apesar das transformações significativas no capitalismo, suas formas e relações sociais básicas continuam a se opor a uma vida autônoma. Consequentemente, respostas autoritárias às frustrações e ressentimentos permanecem no horizonte.

Ao mesmo tempo, também é possível perguntar em que medida a teoria crítica levou a cabo uma investigação sobre as tendências centrais da sociedade burguesa e como essas tendências se defrontam com outras em direções contrárias e são, simultaneamente, atualizadas. Esse contraste já estava presente nas primeiras pesquisas e trabalhos do Instituto de Pesquisa Social sob a direção de Horkheimer. Era necessário mostrar, por um lado, como elementos-chave da obra de Marx eram a base da compreensão do capitalismo. Por outro lado, indagava-se a questão a adequação do marxismo ao momento histórico, isto é, se o próprio desenvolvimento da teoria não havia deixado escapar aspectos importantes da crítica e da emancipação (Demirović, 2010: 14).

O presente ensaio tem como objetivo reconstruir alguns aspectos da teoria crítica sobre o autoritarismo a partir de sua relação com a democracia e seu contexto social mais abrangente. Levarei em conta a contradição entre a dinâmica capitalista e sua relativa invariância estática como ponto de partida para as considerações a respeito da relação entre democracia e autoritarismo a partir dos trabalhos de Adorno e Horkheimer. Minha intenção é mostrar que a teoria crítica analisa os termos sem recair em essencialismos, sobretudo com relação ao funcionamento das democracias representativas liberais. Tomando como ponto de partida as análises

de Adorno sobre a personalidade autoritária e aquelas de Horkheimer sobre o conceito de autoridade, veremos que a democracia não pode ser considerada um conceito normativo, mas o problema mesmo em relação ao qual o autoritarismo faz referência. Em outras palavras, o reexame dos trabalhos da teoria crítica permite revelar os potenciais autoritários inscritos na própria forma de funcionamento da democracia em nossas sociedades. Ou ainda, em que medida a democracia, tal como ela existe, não resolve problemas essenciais da sociedade burguesa, mas os repõe, sobretudo as relações de dominação que aparecem de modo abstrato. Assim, será preciso desvelar, mesmo que provisoriamente, quais possíveis relações entre as formas que a política assume nas sociedades dos séculos XX e XXI e a organização burguesa da vida social.

Iniciarei a exposição dos problemas por meio do exame que Adorno faz da relação entre democracia e autoritarismo, sobretudo a partir de alguns textos que giram em torno dos estudos sobre a personalidade autoritária. Veremos como eles associam uma crítica do autoritarismo às limitações da democracia liberal representativa. Em seguida, explorarei o conceito de autoridade no capítulo escrito por Horkheimer nos *Estudos sobre autoridade e família*. Pressupõe-se que a exposição de Horkheimer sobre o problema fornece alguns elementos que ajudam a expandir e a aprofundar as considerações de Adorno a respeito dos vínculos entre autoritarismo e democracia. Por fim, farei algumas considerações apontando para as possibilidades do uso do arcabouço analítico desenvolvido pelos autores para tratar da ascensão de movimentos autoritários e potencialmente fascistas e a relação destes com o neoliberalismo. Para tanto, será feito um breve confronto da reconstrução feita neste trabalho com algumas teses sobre a relação entre o desenvolvimento neoliberal do capitalismo, seus processos de subjetivação e a disjunção entre neoliberalismo e democracia a que se assiste atualmente. Em especial, o trabalho de Pierre Dardot e Christian Laval sobre a razão neoliberal servirá de exemplo da atualização e manutenção das tendências da sociedade burguesa.

## 1 ADORNO E OS LIMITES FORMAIS DA DEMOCRACIA LIBERAL

É certo que Adorno e Horkheimer não tinham a intenção de contrapor democracia e autoritarismo referindo-se aos procedimentos e formas de governo, ou como os partidos operam e os eleitores são mobilizados nos processos eleitorais. Se Horkheimer e Adorno não fizeram uma crítica exaustiva atinente a partidos, classes ou

ao poder político em si, eles se voltaram à adesão ao autoritarismo. A aderência de indivíduos de distintas classes ao fascismo constituiu o centro das preocupações da teoria crítica desde seu início. Daí a centralidade da relação entre processos sociais e psíquicos e um aparente deslocamento de problemas políticos. Apesar da ausência de elementos fundamentais para uma análise política tanto em Horkheimer quanto em Adorno, algumas sugestões com relação às formas políticas burguesas estão presentes em suas obras. Podemos partir dessas indicações para uma compreensão de nossos fenômenos contemporâneos.

Em particular, as teses de Adorno no pós-guerra dão continuidade à remissão à psicanálise que animara o Instituto de Pesquisa Social na década de 1930. A pesquisa da qual Adorno participou nos Estados Unidos e seus textos correlatos conferem uma inflexão às observações originárias de Horkheimer a respeito da importância dos elementos psíquicos para a compreensão e crítica da adesão de um número significativo de indivíduos ao fascismo. Entre a pesquisa que redundou nos *Estudos sobre autoridade e família* e aquela sobre a personalidade autoritária encontram-se novas categorias e análises que não estavam presentes na teoria crítica em seus primeiros anos, como a indústria cultural e o antissemitismo, desenvolvidos na *Dialética do Esclarecimento*. O impacto da sociedade americana sobre os autores da teoria crítica resultaria em novos modelos de análise. Essa adição não deixaria de se relacionar intimamente com o problema da democracia, uma vez que a sociedade americana já se apresentava e era reconhecida como uma sociedade democrática e aberta, que não cederia espaço a formas autoritárias de poder. Atento aos discursos propagados por lideranças fascistas dentro dos Estados Unidos, Adorno fez constantes alertas a respeito da possibilidade de uma reviravolta autoritária. Ele prestara atenção especial ao modo como certas técnicas psicológicas eram manipuladas para que lideranças fascistas encontrassem acolhida.

É por isso também que Adorno afirma que uma teoria crítica da sociedade pode tomar os fenômenos psíquicos como ponto de partida da análise. Tão grande é a abrangência das relações burguesas sobre os indivíduos que o acesso às suas formas mais nucleares poderia se dar de múltiplas maneiras. A respeito do tema, Adorno expressou-se de maneira bastante concisa nas observações que ele fez à pesquisa sobre a personalidade autoritária:

“Enquanto a prioridade causal ainda pertence aos elementos estruturais objetivos, essa prioridade não força mais o cientista social a tomar tal ponto de partida da ‘esfera da produção’. Se nossa sociedade está realmente a caminho de se

tornar uma só e um todo, deixando cada vez menos brechas para o indivíduo e tolerando cada vez menos domínios individuais da existência, não faz tanta diferença se o começo é feito com a análise das forças econômicas ou com o homem. Todos os caminhos levam ao mesmo centro, já que as dinâmicas sociais pertencem a instituições não menos do que a pessoas; essas últimas são, na verdade, o produto de tais dinâmicas” (Adorno, 2019a: LXV, tradução minha).

O recurso à psicanálise e à psicologia configurava um acesso privilegiado para se compreender determinadas questões que perduravam após a Segunda Guerra Mundial. A relação entre democracia e autoritarismo é atravessada por essa remissão, ao mesmo tempo em que permite que passemos para o exame de questões políticas e econômicas – mesmo que essas não sejam trabalhadas à exaustão na obra de Adorno. A meu juízo, isso não significa um simples deslocamento dessas questões para problemas psíquicos. Um exame da política e da economia em Adorno parte da maneira como indivíduos interiorizam e reagem aos constrangimentos e imposições das relações entre eles mesmos. Por isso mesmo é que Adorno toma o texto de Freud sobre a psicologia das massas como ponto de partida para uma análise dos vínculos entre a liderança fascista e seus seguidores (Adorno, 2015). Ali onde os problemas são resumidos à presença de um inconsciente coletivo, com imaginavam as análises pré-freudianas, ou a uma relação isolada entre indivíduos, Adorno mostra como o âmbito mais recôndito revela traços da organização da sociedade.

Antes de adentrarmos nos textos escritos por Adorno ao redor dos temas da personalidade autoritária, vale a pena observarmos algumas indicações que ele e Horkheimer fizeram sobre a política norte-americana na sua obra mais conhecida, *Dialética do esclarecimento*. Elas se mostraram bastante frutíferas para Adorno no exame a respeito dos riscos internos à democracia que ele faria a partir da década de 1950.

No capítulo sobre os elementos do antissemitismo, Horkheimer e Adorno chegaram a esboçar um modelo de crítica ao funcionamento das instituições políticas capitalistas e que seria retomado posteriormente em *A personalidade autoritária*. O ensaio sobre o antissemitismo está baseado, entre outros aspectos, em uma discussão a respeito dos traços psíquicos relacionados à ascensão do indivíduo fascista, notadamente a paranoia e a estereotipia. Já no final do texto, no item VII, os autores fazem algumas observações a respeito do que eles chamaram de “mentalidade do ticket”, que indicava a maneira como indivíduos aceitavam e aderiam a padrões sociais constituídos à sua revelia e sem sua participação (Horkheimer e

Adorno, 1985: 186-194). Embora tais parâmetros fossem desenvolvidos por cima das cabeças dos indivíduos, seria possível representá-los como um momento de escolha e, portanto, liberdade. Esse era justamente o caso das listas de candidatos de partidos americanos que inspiraram Horkheimer e Adorno na criação da expressão “mentalidade do *ticket*”. Partidos de massa impõe suas listas de candidatos aos eleitores sem que estes saibam ao menos os nomes de todos os concorrentes, assim como suas opiniões específicas a respeito de determinados assuntos políticos e econômicos.

A prescrição de ideias e atitudes nos processos eleitorais americanos serviu como exemplo à teoria crítica do alcance do estereótipo fascista e antissemita, resultantes das tendências capitalistas. De forma semelhante à produção de mercadorias padronizadas, a aceitação de ideias prontas na mentalidade do *ticket* evita o esforço individual com o pensamento e conceitos. E assim como a abstração do processo do trabalho social no capitalismo prescinde das diferenças qualitativas entre os distintos produtos da atividade humana, as diferenças entre pessoas tendem a desaparecer no *ticket*. Os indivíduos tornam-se, então, incapazes de uma experiência ativa com as relações sociais e instituições das quais eles mesmos são parte constitutiva e agentes. Uma das ideias desenvolvidas posteriormente por Adorno, a partir do modelo exposto na *Dialética do esclarecimento*, consiste no isolamento da esfera política em relação à maioria dos indivíduos, o que se manifestava na experiência obstruída perante àquele âmbito da sociedade. Seu funcionamento dependeria muito pouco de uma discussão entre pessoas e grupos sociais, isolado de suas vontades e capacidades. Eleições tenderiam a funcionar como uma forma substitutiva de participação na política.

Apesar da exposição abreviada do termo “mentalidade do *ticket*” nas páginas finais dos “Elementos do antissemitismo”, Adorno desdobraria algumas dessas indicações na pesquisa sobre a personalidade autoritária. Se desde a ascensão dos nazistas ele e seus colegas do instituto em Frankfurt percebiam que a reprodução e a expansão das relações burguesas estavam intimamente conectadas a traços autoritários, a emigração para os Estados Unidos reforçaria essa caracterização, mesmo que o sistema político americano fosse mais aberto do que uma ditadura. Um dos modelos utilizados para compreender tal abrangência se baseava nas teses sobre a indústria cultural. Os teóricos críticos reconheceram a generalização de formas culturais como filmes, peças de propaganda e transmissões radiofônicas não apenas como o ocultamento de relações de dominação e exploração. Aquelas formas tam-

bém atuavam como algo que substitui uma experiência mais profunda e mediada pela reflexão.

O tipo de experiência por meio da qual indivíduos lidam tanto com seus problemas diários quanto com questões que vão além de seu controle, como o funcionamento da economia ou das instituições políticas, está no centro das considerações de Adorno a respeito da personalidade autoritária. A persistência do caráter potencialmente fascista estaria, então, intimamente associada à ansiedade e às frustrações individuais com sua situação pessoal. Adorno enfatizou que esses traços deveriam ser levados em conta na análise uma vez que as relações sociais, das quais as pessoas participavam e estavam enredadas ao mesmo tempo, escapavam a seu controle. Se a reflexão a respeito da realidade social é obscurecida, a imposição de esquemas explicativos que não dependem diretamente dos indivíduos serve como um tipo de orientação em um contexto no qual não se pode enxergar senão o imediato. Adorno insistia que a crença em algo que hoje chamaríamos de uma “teoria da conspiração” não significa uma estupidez inata, mas que ela ajuda pessoas a viver sua rotina diária – ou seja, sem esse tipo de convicção, a existência beiraria o insuportável. De resto, essa crença orientadora expressa condições objetivas produzidas por forças econômicas e políticas. Em razão dos níveis de frustração e de ansiedade causados por relações de dominação e exploração, difusas mas objetivas, não seria implausível a necessidade de uma válvula de escape, ainda que precária, insuficiente e deformante.

É útil compreender como Adorno captou a política em *A Personalidade Autoritária*, pois a forma como ela atua no capitalismo está relacionada à apresentação unilateral da realidade social atrelada a essas formas substitutas de conhecimento. Interessa-nos sobretudo a apresentação da questão no capítulo XVII, “Política e economia no material das entrevistas”, especialmente a sessão em que o autor se dedica à mentalidade do *ticket*, relacionando-a à personalização na política. Adorno salienta o fato de a política ser vista por alguns dos entrevistados como mero entretenimento, e não como um domínio que tem impacto na reprodução das suas vidas, “como algo diretamente ligado com a própria participação no processo de produção” (Adorno, 2019b: 354). Os meios de comunicação em massa desempenham um papel decisivo para esse estado de coisas, uma vez que tendem a lidar com questões políticas com as mesmas palavras que tratam um filme ou uma canção: decepcionante e aborrecido. Não seria casual que as pessoas vissem os políticos e as instituições políticas como um “negócio sujo” no pós-guerra – traço que



permanece nos dias atuais.

A distância da economia e da política em relação aos indivíduos também é significativa. Todos nós temos a experiência do seu impacto em nossa rotina e especialmente da nossa impotência perante o seu poder. Basta pensarmos, por um lado, na importância da crise econômica e na forma como elas são contornadas, e, por outro lado, quão incomum é a capacidade de saber em que consiste essa crise e por que ela afeta nossas vidas de maneira decisiva. Temos de lidar com problemas que não compreendemos ao mesmo tempo que temos de desenvolver as “técnicas de orientação” anteriormente citadas (Adorno, 2019b: 355).

Dois recursos contraditórios utilizados por indivíduos que lidam com a densidade das relações sociais se destacam. Ambos consistem numa repetição de padrões infantis e encontram uma oportunidade para aflorarem precisamente na opacidade da situação política e econômica. O primeiro é a estereotipia da qual Adorno e Horkheimer já haviam tratado, uma vez que ela ajuda o indivíduo a organizar o que parece caótico: “quanto menos ele é capaz de ingressar em um processo realmente cognitivo, mais teimosamente ele se agarra a certos padrões, crença que o poupa da dificuldade de realmente entrar na questão” (Adorno, 2019b: 357). O estereótipo impede que alguém se esforce por aprofundar o conhecimento de uma questão específica. Embora ajude a mitigar os conflitos, há um preço elevado nesse mecanismo. O mundo permanece como algo abstrato e alienado, e as origens das suas contradições não são cogitadas.

O recurso seguinte surge tanto como o oposto do estereótipo quanto a sua solução precária, já que os processos sociais objetivos passam a ser descritos em termos de identificação pessoal. A personalização substitui a necessidade de lidar intelectualmente com algo impessoal e este, portanto, aparece imediatamente ao indivíduo. Em particular, Adorno refere-se à política americana devido à tendência nos Estados Unidos para se reforçar a personalização. Ela se destacaria no funcionamento do sistema político americano por conta da delegação de poderes ao Executivo que o distingue, bem como a uma característica específica do liberalismo americano que retrata as democracias de massas: a competição política aparece como uma competição entre indivíduos, nomeadamente, o melhor indivíduo deve ser o vencedor. A indústria cultural, com seus produtos, peças de propaganda e meios de comunicação em massa, tende a reforçar esta característica, uma vez que questões objetivas como o desemprego ou o crescimento econômico são postas de lado em favor da exaltação de figuras pessoais. O ideal de democracia surge, então,

como uma ideologia que vela tendências sociais objetivas e, em particular, o controle das máquinas de um partido. Durante as entrevistas feitas para a investigação, surgiram algumas peculiaridades reveladoras a respeito da tendência à personalização. De acordo com Adorno (2019b: 369), a confiança em figuras públicas tomadas como pessoas boas e pais rígidos que cuidam dos seus filhos era um padrão recorrente. A personalização de atitudes políticas oferece, então, uma espécie de compensação às condições de vida desumanas e à impotência, o que contrasta com a alegada onipotência de grandes personalidades.

As preocupações de Adorno em sua contribuição às pesquisas de *A Personalidade Autoritária* são retomadas em alguns momentos posteriores de sua obra. Eles contêm indicações sobre a relação entre democracia e autoritarismo que podem ser bastante frutíferas na reconstrução do tema. No texto a respeito do significado da elaboração do passado, por exemplo, Adorno faz uma afirmação muito conhecida a respeito dos problemas e desafios à democracia na sociedade alemã do pós-guerra: “Considero a sobrevivência do nacional-socialismo *na* democracia como potencialmente mais ameaçadora do que a sobrevivência de tendências fascistas *contra* a democracia” (Adorno, 2008: 30, destaques meus). O núcleo do argumento de Adorno indica que as relações entre democracia e autoritarismo, enquanto duas formas que delimitam o conflito social e as relações de dominação, não poderiam ser vistas por meio de um par antitético e nem mesmo definidas de antemão. Para entender como a democracia pode se reverter em seu contrário, é preciso analisar suas limitações e como essa passagem está inscrita na forma como ela existe nas sociedades capitalistas. Assim, a remissão aos textos de Adorno também permite evitar que tratemos os grupos e movimentos da extrema-direita como uma aberração da democracia e que inevitavelmente existiriam em uma sociedade liberal – como, aliás, Adorno chamou atenção em sua conferência sobre os novos radicalismos de direita na Alemanha dos anos 1960 (Adorno, 2020: 50-1).<sup>1</sup>

Seguindo um procedimento comum da teoria crítica e da crítica da economia política de Marx, Adorno não define os conceitos utilizados, senão a relação que

---

<sup>1</sup> Adorno já havia apontado para os problemas em tratar o fascismo como um desvio em relação às normas sociais burguesas na “Introdução” à *Personalidade Autoritária* e não como sua forma de realização extremada: “Padrões de personalidade que foram desprezados como ‘patológicos’, pois não estão de acordo com as tendências manifestas mais comuns ou com os ideais dominantes de uma sociedade, revelam-se, a partir de uma investigação mais precisa, nada mais que exageros daquilo que era quase universal sob a superfície daquela sociedade. O que é ‘patológico’ hoje pode, com a mudança das condições sociais, tornar-se a tendência dominante amanhã” (Adorno et al., 2019b: 82).

eles estabelecem entre si na realidade. O termo democracia pode, então, ser trabalhado como uma forma social pela qual a política existe na sociedade burguesa, ou seja, como as relações entre indivíduos são mediadas por suas instituições e organizações e, mais importante, como essa forma de mediação aparece isoladamente perante eles.<sup>2</sup> Para Adorno, o traço decisivo da existência da democracia nas sociedades burguesas diz respeito justamente ao fato de que ela não é vivenciada como se fosse um assunto que fizesse parte do cotidiano das pessoas, como um assunto delas, mas como algo separado e distante (Adorno, 2008: 35). Elas não são sujeitas da política, já que não podem determinar as escolhas e os processos tomados nas instituições da política – parlamentos, assembleias e partidos, por exemplo – e, assim, decidir quais serão os impactos sobre suas vidas.

Sugerida anteriormente com a “mentalidade do *ticket*”, a homologia do argumento adorniano com a exposição das formas sociais em *O Capital* continua em outros textos. Antes que o processo de troca entre os possuidores de mercadorias seja apresentado, Marx mostra como as relações entre os indivíduos são mediadas pelos objetos de suas atividades, que ganham a aparência de mover seus possuidores. Por sua vez, em alusão ao fetichismo e à exposição do desdobramento da forma do valor, Adorno constrói sua argumentação a respeito da democracia no capitalismo em bases semelhantes. Sabe-se que o conceito de “troca” é uma pedra angular do argumento adorniano a respeito da sociedade burguesa. Adorno parte dele quando se refere ao princípio da troca que organiza as relações entre os indivíduos. Suas ações são reguladas pela equivalência entre os produtos de seus trabalhos, sem que eles o saibam ou precisem saber para agir.

“O caráter abstrato do valor de troca está vinculado *a priori* à denominação do universal sobre o particular, da sociedade sobre seus membros coatos. Ele não é socialmente neutro, como simula a logicidade do processo de redução a singularidades, tais como o tempo de trabalho socialmente médio. Através da redução dos homens a agentes e portadores da troca de mercadorias, realiza-se a dominação dos homens pelos homens” (Adorno, 1975: 224).

---

<sup>2</sup> Tomo o conceito de forma a partir de sua exposição e análise em Grespan (2019). A seguinte passagem é bastante ilustrativa para se tratar dos temas políticos aludidos por Adorno e pela teoria crítica: “‘forma’ descreve como se organizam coisas e pessoas, definindo até mesmo o que pode ser um ‘indivíduo’, por intermédio dos processos sociais de individualização” (Grespan, 2019: 97). Por sua vez, Neupert-Doppler (2018: 817) afirma que a teoria crítica se inspirou em Marx e Georg Lukács a respeito da distinção entre a essência das sociedades capitalistas e as formas por meio das quais elas aparecem e tomam consciência de seus conflitos.

Nesse sentido, as considerações de Adorno sobre política e democracia também levam em conta processos de equivalência e indistinção das características de pessoas e suas relações e, sobretudo, a forma como as relações de dominação aparecem aos indivíduos submetidos a elas. Ainda na sua palestra a respeito da elaboração do passado, Adorno destaca que se, a democracia não se apresenta como uma experiência própria aos indivíduos, os tipos de governo e os regimes políticos aparecem aos indivíduos como mercadorias que eles escolhem em um cardápio, ou seja, o conteúdo desses tipos e regimes pode ser apresentado como equivalente e indiferente aos indivíduos (Adorno, 2008: 35). Importa muito mais para a escolha eleitoral o sucesso ou fracasso dos candidatos.

Ponderação semelhante é apresentada no texto “Liderança democrática e manipulação de massas”, quando ele aponta para uma peculiaridade do desenvolvimento das democracias representativas e seus partidos na Europa ocidental e nos EUA, a relação limitada entre lideranças partidárias e os eleitores. Estes já não possuíam uma ligação imediata com aquelas, que se tornam por isso cada vez mais rígidas. O reverso desse vínculo se manifestaria na possibilidade de atitudes autoritárias por parte das lideranças e que são latentes onde quer que as relações de poder sejam controladas por alguns poucos – o que, eu acrescento, poderia ser o caso dos regimes representativos. Em vista da insatisfação das pessoas com o funcionamento da democracia, não se poderia descartar a hipótese de que elas se voltassem contra as ideias da democracia e entregassem de vez o poder a figuras autoritárias nas quais elas identificam seus líderes. “Aplicar a democracia de maneira meramente formalista, aceitar a vontade da maioria *per se*, sem consideração pelo conteúdo das decisões democráticas, pode levar à completa perversão da própria democracia e, no final das contas, à sua abolição” (Adorno, 1965: 419-20, destaques originais).

O autor retoma aqui um argumento levantado em *A Personalidade Autoritária* quando ele tratava da imagem da política para os entrevistados. Se questões políticas e econômicas eram percebidas como coisas que tinham pouco peso nas vidas das pessoas, elas não se importariam com mudanças em algo que não teria, para elas, influência sobre seu cotidiano (Adorno, 2019b: 353). Na conferência sobre o radicalismo de direita na Alemanha, Adorno (2020: 51) chega a dizer que a democracia nunca se concretizou e, por isso, permaneceu formal, mesmo que se observe uma variação na intensidade dos regimes democráticos pelo mundo.

Nesse momento de sua obra, entre os anos 1950 e 1960, Adorno apresenta uma crítica à democracia liberal representativa, contrapondo uma democracia formal a

uma democracia cujo conteúdo se realizasse. Poderíamos até mesmo dizer que é sugerida uma contraposição entre democracia substantiva e democracia formal.<sup>3</sup> Esta última remete ao problema das formas sociais burguesas visto acima, como a própria expressão sugere. O caráter formal das decisões tomadas pelos indivíduos nas diversas instâncias políticas é manifestação da incapacidade de determinar assuntos decisivos para suas vidas. Desde que o conteúdo das relações sociais capitalistas permaneça o mesmo em sua essência, que os processos de valorização do capital e a submissão dos indivíduos a eles possam continuar ocorrendo, então as escolhas individuais aparecem apenas como formalização desse conteúdo. Em outras palavras, o caráter formal da democracia remete ao fato de que as instituições políticas se baseiam nas escolhas eleitorais, carregando consigo a promessa de que elas serão respeitadas e, sobretudo, que os indivíduos poderão determinar o conteúdo das decisões tomadas por seus representantes. Mas esse conteúdo não pode se realizar se os imperativos da economia continuarem a fazer com que os indivíduos exerçam suas tarefas para continuidade da acumulação e, portanto, continuem a ser explorados. Se as pessoas fossem capazes de determinar em conjunto suas próprias vidas, estaríamos diante da realização substantiva da democracia.

A incapacidade dos indivíduos em determinar seus destinos na democracia formal é acompanhada pela culpabilização pelos infortúnios que alguém venha a ter. A culpa pode ser atribuída tanto ao indivíduo mesmo, que reconhece de modo invertido o peso da teia social na qual ele se enreda, quanto a outras pessoas – o que aproxima a frustração com as barreiras ao funcionamento real da democracia aos bodes expiatórios característicos da lógica do antissemitismo e que se atualiza nos movimentos de extrema direita contemporânea. Porém, igualmente importante para Adorno é a possibilidade de que o formalismo da democracia desague em indiferença e ódio a ela própria. Uma vez que a democracia não cumpre suas promessas de fortalecimento das decisões individuais, por que haveria motivos para apoiá-la, se é possível “escolher” outra forma política no cardápio de opções políticas? “Os que permanecem impotentes não conseguem suportar uma situação melhor sequer como mera ilusão; preferem livrar-se do compromisso com uma

---

<sup>3</sup> Uma apresentação dessa crítica em Adorno é oferecida por Mariotti (2016). Sem dúvida, seu livro oferece uma visão bastante panorâmica dos textos que Adorno redigiu nos Estados Unidos, especialmente palestras e emissões no rádio. Segundo o argumento, Adorno seria um crítico bastante ácido em relação à democracia liberal, mas não à democracia em si. Apesar dessa descrição, Mariotti perde de vista a possibilidade de uma crítica radical da democracia em relação à sociedade burguesa e às formas que as relações de dominação assumem nela.

autonomia em cujos termos suspeitam não poder viver, atirando-se no cadinho do eu coletivo” (Adorno, 2008: 44).

## 2 HORKHEIMER: A RELAÇÃO CAPITAL-TRABALHO COMO MODELO DE AUTORITARISMO

Apesar da riqueza das análises de Adorno, que permitem entender como as limitações formais da democracia liberal representativa estão intimamente associadas às escaladas autoritárias, também há limitações nelas. Em especial, os textos de Adorno não avançam no exame das relações que se estabelecem entre a democracia como forma e as relações de dominação e exploração na sociedade burguesa. As possíveis dificuldades que os textos de Adorno apresentam diante da necessidade de esmiuçar os problemas políticos e econômicos têm a ver com a maneira pela qual ele enfatizou a relação da personalidade autoritária com problemas da psicologia. Sem dúvida, a remissão a problemas psicológicos permite a Adorno e à teoria crítica encarar traços dos fenômenos autoritários não observados em outras análises, além de apontar para questões fundamentais no funcionamento da política enquanto forma que contém os antagonismos sociais. No entanto, a passagem entre as questões relativas às pulsões e tipos de caráter, por um lado, e sua relação com os problemas econômicos e políticos contém uma lacuna. Ao ler os textos em torno da pesquisa sobre a personalidade autoritária, temos a impressão de que Adorno afirma a necessidade de relacionar os dois âmbitos, sem que essa relação seja estabelecida de fato. Ele parece ficar preso às relações entre os indivíduos mediadas pela troca, não avançando na forma assumida pelas relações de exploração e dominação. Eventualmente, Adorno faz referências pontuais, sem percorrer a questão de maneira exaustiva.<sup>4</sup> Essas dificuldades devem ser tomadas como ponto de partida para a continuação da teoria crítica. Ou ainda, tomando emprestada uma pergunta de Ruschig e Schiller (2014: 11), como uma teoria crítica do autoritarismo deve

---

<sup>4</sup> No texto com observações a respeito da pesquisa sobre a personalidade autoritária, ele faz a seguinte afirmação: “Na medida em que problemas econômicos em absoluto são considerados, nosso estudo permanece no nível da ideologia. Registramos e, até certo ponto, interpretamos as opiniões explícitas de nossos ‘sujeitos’ a respeito de assuntos econômicos, incluindo aqueles cruciais, tais como livre iniciativa, controle estatal e trabalho organizado. Contudo, as inferências extraídas desse material não permitem conclusões a respeito das forças econômicas verdadeiramente em operação e que fomentam o preconceito atualmente. Elas pertencem ao padrão de pensamento mais do que aos reais efeitos que as leis e tendências econômicas essenciais possam ter sobre as dinâmicas do preconceito e seus equivalentes políticos” (Adorno, 2019a: XLII-XLIII, tradução minha).

fazer referência a uma crítica da totalidade capitalista, ou seja, como as relações de dominação política devem ser analisadas em relação às categorias econômicas? Isso não significa, por certo, abandonar a explicação dos trabalhos em torno à *Personalidade autoritária*, uma vez que ela fornece um material precioso para se compreender o presente histórico. Tão importante quanto o reconhecimento das limitações das análises da teoria crítica é mostrar a complementariedade entre seus autores e análises. Ela possibilita um exame mais preciso das tendências e transformações na relação entre as formas capitalistas, nos ajudando a desvelar as questões do presente histórico.

Assim, retomar a pesquisa sobre autoridade e família, publicada em 1936, permite um aprofundamento na exposição dos problemas com os quais Adorno lidou. Em especial, os apontamentos de Horkheimer acerca da autoridade ensejam a existência de um modelo nas próprias relações entre os indivíduos que serve para entender como o autoritarismo está inscrito no interior das formas sociais capitalistas e, sobretudo, nas relações de exploração e dominação correspondentes. Vale a pena, portanto, recuperarmos o argumento de Horkheimer na “Parte geral” dos *Estudos sobre autoridade e família* porque o texto mostra os nexos internos que a relação de autoridade assume no capitalismo.<sup>5</sup>

Inicialmente, a preocupação de Horkheimer é mostrar a forma particular que a autoridade assume na sociedade burguesa. De fato, ele destaca que, se as formas pelas quais o trabalho é executado em diferentes formas de organização da vida humana são realizadas mediante obediência voluntária, exceção feita ao escravismo, então as relações sociais se acham sob o signo da autoridade. Ela está vinculada às ações que mantêm uma sociedade funcionando, já que os seres humanos se submeteram historicamente a instâncias alheias à sua vontade. Assim, a autoridade se manifesta inicialmente como “dependência aceita” (Horkheimer, 1990: 193). Mas isso é muito pouco para se entender a particularidade da autoridade em sua forma moderna. A Horkheimer interessava analisar como as relações de autoridade estão inscritas e dão forma a relações entre indivíduos mas aparecem como naturais e evidentes, isto é, como uma forma de submissão entre indivíduos não só aparece

<sup>5</sup> Gunzelin Schimdd Noerr (2014: 43) afirma que A *Personalidade Autoritária* faz uma antropologia do indivíduo autoritário em remissão a estruturas objetivas, sem que estas sejam explícitas. Por isso, seria necessário voltar aos textos publicados na revista do Instituto e à *Dialética do Esclarecimento*, onde elas são esboçadas. Assim, Noerr estabelece uma separação entre uma forma psíquica de autoritarismo, à qual a pesquisa de Adorno remete, e uma forma política do autoritarismo. É justamente essa passagem que pode ser identificada a partir do texto de Horkheimer – ainda que, à primeira vista, o texto de Horkheimer também pudesse ser classificado no primeiro tipo de análise.

como instância alheia, mas como ela é objetivada e funciona por cima das cabeças dos indivíduos.<sup>6</sup> Por isso mesmo é que a remissão à forma como a dominação e a exploração ocorrem especificamente na modernidade capitalista é central para a especificidade das relações de autoridade.

Mais do que isso, a maneira como os seres humanos organizam suas vidas na sociedade burguesa aparenta estar livre da submissão de uns em relação aos outros – afinal, o processo de intercâmbio entre eles e a satisfação de suas necessidades ocorre pela troca de equivalentes. Contudo, a suposta ausência de relações autoritárias no mundo burguês se revela frágil quando examinada mais a fundo. Tal fragilidade remete especialmente àquilo que Horkheimer chama de “não transparência do processo de produção” (Horkheimer, 1990: 200). Desse modo, o texto sobre a autoridade aprofunda a análise da categoria remetendo às circunstâncias particulares nas quais os indivíduos estão inseridos na sociedade capitalista, isto é, às divisões entre eles geradas pela reprodução de suas relações sociais. É o antagonismo capital-trabalho que fornece o modelo às relações de autoridade na sociedade burguesa – ou, se quisermos, é a própria relação do processo de acumulação capitalista o modelo primário das relações de autoridade, sem que seus participantes tenham plena consciência disso.

Um empresário pode, por exemplo, experimentar suas atividades enquanto livremente determinadas por sua vontade. “Que mercadorias ele produz, que maquinaria quer empregar, como coordena operários e máquinas, que lugar escolhe para sua fábrica, tudo isto aparece como consequência de sua livre decisão, como produto de sua visão e sua força criativa” (Horkheimer, 1990: 200). Por sua vez, um trabalhador também pode vivenciar suas relações com o patrão como uma troca justa, pois ele recebe a fatia que lhe cabe no processo de produção, já que não seria alguém com a visão e a criatividade de seus superiores. Vistas mais de perto, torna-se evidente que a exploração ocorre de acordo com uma troca de equivalentes e ao mesmo tempo submete o trabalhador a uma atividade que não é necessária à reprodução de sua vida. Para alguém que precisa trabalhar para sobreviver, a imposição dessa submissão aparece mais concretamente nos momentos de crise econômica. Quem não consegue trabalho, ou seja, quem não é capaz de realizar sua mercadoria força de trabalho como uma atividade social e ter suas capacidades socialmente

---

<sup>6</sup> De acordo com De Maria (2021: 51), Horkheimer se distancia das análises de Erich Fromm, uma vez que ao primeiro não importava entender o “caráter autoritário” como um elemento de qualquer sociedade alienada, mas como ele se vincula às formas reificadas da experiência na sociedade capitalista.



reconhecidas, pode padecer da fome. Mas a crise também é o momento em que a suposta autonomia do capitalista o força a admitir que ele deve seguir seus concorrentes. Do contrário, ele irá à bancarrota. O resultado do processo de produção da vida burguesa, de acordo com Horkheimer (1990: 201), é que a realidade social é vivenciada por todos “como um princípio estranho, existente por si, e a liberdade para eles consiste essencialmente em submeter-se a este destino através de métodos ativos e passivos”.

Horkheimer não tem dúvidas em afirmar que a modernidade burguesa apresenta uma forma de autoridade completamente distinta em comparação com as formas anteriores de organização da vida humana. Se antes do capitalismo ela podia ser experimentada como algo imediato, atravessada por relações diretas de dominação, os últimos séculos assistem a um tipo de sujeição que não é pessoalmente identificável. As relações de autoridade passam a estar radicadas nas forças sociais cegas aos sujeitos, manifestas pela necessidade de continuar a se produzir e ampliar os lucros. Trata-se para o autor de “uma nova e poderosa autoridade” (Horkheimer, 1990: 202).

Assim, é justamente a relação entre trabalhador e capitalista, tal como ela foi apresentada por Marx no livro I de *O Capital*, que serve como a forma exemplar, na qual os indivíduos se espelham em nossa sociedade.<sup>7</sup> O elemento decisivo dessa forma é que aquela relação não aparece enquanto tal, mas assume máscaras utilizadas por seus agentes. Isso significa dizer que a relação de obediência e comando entre um trabalhador e seu patrão não é reconhecida enquanto tal, mas transfigurada como uma relação entre indivíduos formalmente e juridicamente iguais, a cada um se destinando seu devido quinhão. Certamente, a relação de autoridade é vivenciada de uma maneira específica para aqueles que não tem nada a não ser colocar suas capacidades físicas e mentais à disposição de alguém.

<sup>7</sup> O ensaio de Marcuse na coletânea dos *Estudos sobre autoridade e família*, “Parte sobre a história das ideias” (*Ideengeschichtlicher Teil*”, no original em alemão), é ainda mais explícito ao resgatar a teoria de Marx a respeito dos processos de exploração capitalista como molde das relações de autoridade na sociedade burguesa. “Marx se defronta com a autoridade como uma relação de dependência no processo capitalista de produção. Em sua análise não se trata, portanto, da autoridade em si mesma, mas como fator imanente às relações de produção de uma determinada sociedade” (Marcuse, 1981: 135). É possível que a inspiração dos autores da teoria crítica venha dos trechos em que Marx associa a organização interna de uma fábrica a um exército, como o seguinte: “A divisão manufatureira do trabalho pressupõe a autoridade incondicional do capitalista sobre seres humanos transformados em simples membros de um mecanismo global que a ele pertence; a divisão social do trabalho confronta produtores independentes de mercadorias, que não reconhecem nenhuma outra autoridade senão a da concorrência, a coerção exercida sobre eles pela pressão de seus interesses recíprocos [...]” (Marx, 1983: 280).

“Se ambas as partes da relação trabalhista parecem livres, abstrai-se daí sub-repticiamente que a obrigação de entrar nesta relação atua de forma diferente. O trabalhador é pobre e tem contra si toda a concorrência de sua própria classe, na escala nacional e na internacional. Atrás de cada indivíduo estão diretamente a fome e a miséria. Seu parceiro de contrato, ao contrário, dispõe não só de meios de produção, de visão, de influência sobre o governo e de todas as possibilidades da propaganda, mas também de crédito. Esta diferença entre rico e pobre é condicionada socialmente, imposta e mantida pelos homens e mesmo assim apresenta-se como se fosse necessária por natureza, como se os homens em nada pudessem modificá-la. O trabalhador isolado depende com mais premência da conclusão do contrato do que seu parceiro e, em geral, já encontra prontas as condições a que deverá se sujeitar” (Horkheimer, 1990: 205).

Além disso, pensando as análises de Adorno e as de Horkheimer em conjunto, avançamos mais um passo na compreensão dos mecanismos de identificação que o primeiro apresentou na pesquisa sobre a personalidade autoritária – e, portanto, na crítica da passagem da democracia ao autoritarismo. A figura do capitalista passa ser vista positivamente, como alguém que venceu seus concorrentes e o fez porque é o indivíduo mais capaz. Dessa maneira, seria muito racional e natural seguir suas ações como modelo. Quem não conseguir obedecer a essa ordem de coisas “natural”, não merece sua parte na distribuição do produto social e deve padecer as consequências, seja por se recusar a tanto, seja por aparente incapacidade.

As passagens da “Parte geral” dos *Estudos sobre autoridade e família* mostram como os mecanismos da autoridade na sociedade capitalista não podem ser traduzidos exclusivamente em termos políticos. Dito de forma mais precisa: as teses de Horkheimer indicam como as relações despersonalizadas de autoridade não aparecem de imediato aos indivíduos na sociedade capitalista. Por sua vez, essa despersonalização permite que as relações de dominação na sociedade burguesa apareçam como livremente acordados – algo que encontra expressão na sua forma democrática liberal. As relações de autoridade não se manifestam visivelmente e as relações políticas podem parecer ser o resultado de um livre acordo entre indivíduos. Na verdade, se acompanharmos o raciocínio de Horkheimer, o fundamento das relações de domínio político são forma de expressão de relações de autoridade que marcam indivíduos de diferentes classes (e do capital sobre o trabalho), mas que não aparecem enquanto tal. “A sujeição às condições econômicas dadas que o

trabalhador aceita no contrato livre é, ao mesmo tempo, a sujeição à vontade particular do empresário; o trabalhador, ao admitir a autoridade dos fatos econômicos, reconhece de fato a posição de mando e a autoridade do empresário” (Horkheimer, 1990: 205). Daí a dificuldade também de entender os vínculos entre processos sociais abrangentes e a forma, muito mediada, que eles assumem e que transfigura aqueles.

Aqui se manifesta também o caráter, até certo ponto, inapropriado de se entender as formas de dominação autoritária na sociedade capitalista como apenas entre comandantes e comandados, pois esse é um processo que passa pela abstração e pela despersonalização – algo que Adorno mostrava com clareza em seus textos. É o próprio processo social das imposições do capital que não aparece enquanto tal e que se transfigura em uma relação imediata entre indivíduos. Eis aqui uma dificuldade própria de certas considerações sobre a política autoritária e as possíveis respostas a ela.

[...] a tentativa de identificar a atual estrutura de autoridade com as relações entre líder e seguidores e de unilateralmente tornar fundamental a aceitação desta hierarquia, deve necessariamente fracassar. Ao contrário, a própria relação nova de autoridade, que hoje se situa no primeiro plano do pensamento e do sentimento, só é possível porque aquela outra, mais comum e ao mesmo tempo mais profunda, ainda não perdeu seu poder, um poder que, por outro lado, é certamente apoiado por ela. A liderança política é eficaz, pois grandes massas reconhecem consciente e inconscientemente ser necessária sua dependência econômica ou, pelo menos, não a compreendem totalmente, e esta situação é consolidada retroativamente pela relação política” (Horkheimer, 1990: 207).

A partir desses comentários de Horkheimer a respeito do mascaramento das relações de autoridade e domínio do capital sobre o trabalho, é possível aprofundar o vínculo que Adorno estabelecerá mais tarde em sua obra a respeito do obscurecimento das relações de dominação entre seres humanos, que assumem a aparência de uma relação de troca entre iguais. Além disso, também é possível aprofundar o nexo interno da democracia enquanto pura forma com seus potenciais autoritários. No limite, o texto de Horkheimer nos permite detalhar a noção de que há um modelo recorrente de imposição e obediência cega aos ditames sociais nas relações mais básicas da sociedade burguesa. A virada entre democracia e autoritarismo não é apenas sutil e muitas vezes “imperceptível”, como sugere a literatura contemporânea (Levitsky e Ziblatt, 2018: 17), mas também está latente no centro da coisa

o tempo todo. No momento em que os indivíduos são arrastados pelas crises da sociedade capitalista, a imposição das formas normalizadas e rotineiras de ação se faz de modo violento.<sup>8</sup>

Pode-se dizer, então, que o exame das relações de autoridade na teoria crítica e dos potenciais autoritários inscritos no funcionamento da democracia liberal aponta para uma extensão do raciocínio apresentado inicialmente por Marx. Se a crise significa, no momento inicial de sua exposição, a imposição violenta das relações entre indivíduos às formas corriqueiras, então a passagem entre democracia e autoritarismo corresponde e auxilia as pessoas a aceitar aquela imposição – ainda que as relações sociais de dominação passem a ser personalizadas nas lideranças fascistas e protofascistas. Se o autoritarismo realiza tendências latentes da sociedade burguesa em sua forma democrática, ele pode ser pensado também como a forma mediante a qual os indivíduos cumprirão as ordens abstratas, personificadas pela liderança autoritária.

### 3 DO NEOLIBERALISMO AOS NOVOS AUTORITARISMOS: PENSANDO COM A TEORIA CRÍTICA

A exposição da relação entre democracia e autoritarismo nos textos de Adorno e Horkheimer permite que façamos algumas considerações provisórias a respeito de manifestações das atuais crises econômicas e políticas. Em especial, as análises da teoria crítica constituem um ponto de partida bastante frutífero para que pensemos na articulação entre as transformações globais na sociedade capitalista, incluindo mudanças substanciais nas relações de trabalho e processos de subjetivação, e a ascensão de grupos e partidos de extrema-direita, além, é claro, da crise nas democracias liberais e representativas. Além disso, uma teoria crítica do autoritarismo também permite ultrapassar certas barreiras diante das quais análises correntes se detêm.

---

<sup>8</sup> Esse é, aliás, o primeiro sentido do termo crise na exposição das categorias da sociedade burguesa em *O Capital*. “Que os processos, que se confrontam autonomamente, formem uma unidade interna, significa por outro lado que a sua unidade interna se move em antíteses externas. Se a autonomização externa dos internamente não-autônomos por serem mutuamente complementares se prolonga até certo ponto, a unidade se faz valer de forma violenta, por meio de uma – crise. A antítese, imanente à mercadoria, entre valor de uso e valor, de trabalho privado, que ao mesmo tempo tem de representar-se como trabalho diretamente social, de trabalho concreto particular, que ao mesmo tempo funciona apenas como trabalho geral abstrato, de personificação da coisa e reificação das pessoas – essa contradição imanente assume nas antíteses da metamorfose das mercadorias suas formas desenvolvidas de movimentos. Essas formas encerram, por isso, a possibilidade, e somente a possibilidade, das crises” (Marx, 1983: 100).

Há trabalhos que se aproximam de uma crítica da sociedade contemporânea e que buscam entender processos políticos por meio da conformação de uma subjetividade específica a nossa época. Em particular, autores como Christian Laval e Pierre Dardot têm se esforçado para entender os nexos entre formas de organização social e a constituição de um tipo de sujeito próprio do neoliberalismo. Ainda que o ponto de partida de suas considerações não seja a teoria crítica, mas sim as observações de Foucault, vale a pena indicar alguns aspectos de suas obras. Eles apontam para a atualização das tendências imanentes da sociedade burguesa e o desenvolvimento de suas formas sociais. Tomados de maneira crítica, é possível aproveitar seus achados.

Desde o trabalho de Dardot e Laval sobre o neoliberalismo (2016), a relação entre os processos de financeirização, de precarização das relações de trabalho e novos modos de subjetivação, correspondentes a essas transformações, tem sido alvo dos debates críticos diante da configuração atual do capitalismo. Embora sua obra apresente o neoliberalismo como uma “racionalidade” para além das políticas econômicas que colocaram as diferentes configurações do *welfare state* em xeque, deixando de lado a relação que se estabelece entre a precarização e as novas subjetividades, a expressão não deixa de apresentar problemas cruciais para o entendimento das sociedades contemporâneas. Podemos tomar com proveito a ideia segundo a qual o neoliberalismo “generaliza uma norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (Dardot e Laval, 2016: 17). A abrangência dessa norma se estenderia à maioria dos indivíduos, sejam eles empresários ou trabalhadores, de tal forma que todos tendem a se comportar como uma empresa. É verdade que *A nova razão do mundo* não explora a maneira como a precarização das relações de trabalho se manifesta por meio do empreendedorismo em diferentes contextos. Se essa relação poderia ser mais bem examinada ao se mostrar como os trabalhadores de aplicativos como o *Uber* não se veem enquanto trabalhadores e têm, ao mesmo tempo, de realizar jornadas extenuantes, a ideia de uma norma social geral se aproxima das preocupações da teoria crítica.<sup>9</sup>

Tomando como base o que foi dito aqui acerca da noção de autoridade em Horkheimer, podemos estender o raciocínio para compreender o presente históri-

---

<sup>9</sup> Em contraste com a virada normativa realizada por Jürgen Habermas e seus epígonos, a teoria crítica se dirige justamente ao fato de que normas seguidas são produzidas pelas relações de produção e reprodução da sociedade, e não o ponto de vista externo no qual a crítica se baseia. Elas são o objeto da crítica, uma vez que elas são representações adequadas às formas sociais burguesas, como a discussão a respeito da categoria “autoridade” indicava.

co. Se trabalhadores precarizados e com dificuldades para enxergar uma empresa como agência de sua exploração vêem a si próprios como empresários, então pode-se sugerir que há uma identificação entre a atuação de um empresário e seus subordinados. A latência de que falava Adorno em termos de tendências sociais efetivava-se nessa forma de organização da força de trabalho. O que seria uma exceção no período do pós-guerra torna-se hoje padrão geral de sociabilidade.

É possível pensar na relação do empreendedor de si como modelo de trabalho, incorporando a autoridade do capital sobre os indivíduos como algo positivo. Um trabalhador deve se comportar como seu patrão, em concorrência com seus pares, não apenas porque a concorrência passou a ser a norma social, como afirmam os autores franceses, mas porque um proprietário de capital é alguém capaz de encontrar obediência e sair vitorioso em relação aos demais indivíduos. A categoria “concorrência” deve ser especificada, a fim de evitar alguns equívocos. Dardot e Laval a compreendem como um padrão de comportamento, prescrito e normatizado por economistas neoliberais como Friedrich Hayek e Milton Friedman. Diferentemente, a concorrência na crítica da economia política e na teoria crítica não é simplesmente algo referente ao comportamento individual e sua prescrição consciente. Na realidade, a concorrência é uma forma de manifestação intrínseca à atuação entre os diferentes capitais. É por meio dela que seus diferentes portadores buscarão transformações na organização da produção e da força de trabalho para aumentar a massa de mais-valor. Assim, ela é a maneira pela qual os capitalistas se vêem diante das imposições da acumulação de capital. Ou seja, esse comportamento é algo necessário e que se impõe aos capitalistas. A teoria crítica está mais próxima dessas considerações do que aquele que enfatiza um modelo formulado com consciência plena.<sup>10</sup> Diante da atual configuração da organização da força de trabalho, que tende a não reunir trabalhadores em grandes números num mesmo espaço, mas dispersá-los, torna-se mais incerta a identificação deles enquanto membros de uma classe que não têm nada a não ser sua força de trabalho. Daí que a visão segundo a qual cada um deles se constitui enquanto uma empresa seja uma

---

<sup>10</sup> Ainda que a teoria crítica tenha identificado, na esteira dos debates sobre as transformações do capitalismo entre os séculos XIX e XX, uma tendência à supressão da concorrência, aceitando a caracterização de uma nova fase capitalista, na qual dominariam os monopólios. Isso acarreta um problema importante, já que o diagnóstico do fim da concorrência confunde manifestações particulares e históricas das tendências capitalistas com o fim de algumas de suas relações essenciais. O caso mais paradigmático dessa dificuldade consiste nos trabalhos de Friedrich Pollock, cuja noção de “capitalismo de Estado” afirmava a passagem da primazia da busca pelo poder no lugar do lucro como elemento motivador das ações dos capitalistas.

expressão daquela reorganização da produção capitalista. Uma vez que é mais difícil se enxergar enquanto possuidor de força de trabalho, a aceitação tácita de si mesmo como uma empresa corresponde à imitação de um capitalista diante dos concorrentes.

Essa norma social gera tanto uma expectativa de que os indivíduos isolados possam ser bem-sucedidos quanto um nível correspondente de frustração, que não questiona o “homem empresa” como modelo, mas tende a levá-lo às últimas consequências. Não seria casual que uma figura como Donald Trump tenha recebido apoio inclusive de camadas de trabalhadores americanos – não apenas por ser uma figura autoritária, mas também por ser um empresário de sucesso, alguém capaz de trazer de volta os empregos que foram perdidos e de reorganizar por cima a ordem social, como um capitalista que vence seus concorrentes e alcança lucros extraordinários. Ao mesmo tempo, as soluções para os problemas econômicos e políticos são atravessadas pela personalização.

Os limites da racionalidade neoliberal também estão atrelados à crise das democracias representativas no início do século XXI, como não apenas atestam Dardot e Laval (2016: 8), ao dizer que o neoliberalismo é antidemocrático por isolar as decisões a respeito da economia em relação à política. Autores como Wolfgang Streeck também se preocupam em mostrar como esse isolamento é uma construção em resposta aos movimentos de financistas, interessados em expandir sua lucratividade sem as amarras de instituições reguladoras. Ao mesmo tempo, o sistema se apresentou como legítimo ao injetar dinheiro para apaziguar os conflitos sociais latentes, “garantindo uma espécie de lealdade das massas ao projeto neoliberal de sociedade enquanto uma sociedade de consumo” (Streeck, 2018: 54). Quando não há mais renda disponível às pessoas, cresce a frustração com os sistemas políticos ocidentais, isolados das reivindicações do grosso das populações. Não se pode deixar de notar um paralelo com as teses de Adorno a respeito das desilusões de indivíduos que não veem a democracia ultrapassar seus limites formais. Contudo, há na análise de Streeck uma vaga esperança de que a democracia possa domesticar o capitalismo, na medida em que a ela pudesse voltar a atender aos interesses econômicos dos possuidores de força de trabalho.

De modo algum esse é o caso em Adorno. As possíveis semelhanças e afinidades entre a crítica à disjunção entre democracia e neoliberalismo e a crítica de Adorno à democracia escondem diferenças relevantes. No período em que Adorno escreveu seus trabalhos sobre a personalidade autoritária e suas considerações a respeito da

democracia, a expansão do sufrágio a grupos que não podiam votar anteriormente – como mulheres, negros e trabalhadores – apontava para uma tendência inclusiva do capitalismo. No entanto, essa tendência à universalização do voto não correspondeu a uma influência substancial dos indivíduos em assuntos que afetam suas vidas de maneira decisiva. Apesar de uma maior aparência de que a política pudesse suavizar as aflições na sociedade burguesa, problemas essenciais da organização social perduravam. Se, por um lado, a incorporação de novos eleitores deve ser vista como positiva, já que mais pessoas podiam escolher seus representantes, por outro lado, essa incorporação se realizava mediante integração de mais pessoas às formas sociais burguesas. Enquanto o capitalismo pudesse sustentar seu processo de expansão no pós-guerra, o âmbito da política se apresentava como uma aparente solução aos resultados da dinâmica dos conflitos sociais, absorvendo lutas por direitos civis e políticos. Mas, uma vez que os antagonismos não se resolvessem na origem, as soluções oferecidas em seus termos seriam precárias e suscetíveis a retrocessos.

Atualmente, a situação é inversa. A permanência da ausência de autonomia dos indivíduos se reverteu na possibilidade do fechamento das escolhas eleitorais. Não seria casual que esse recrudescimento da política ocorra num momento em que já não parece possível uma regulação capitalista que integre trabalhadores. Hoje, quando a expansão da acumulação encontra dificuldades, os processos políticos se voltam àqueles que são considerados um excesso ao funcionamento da sociedade. Emula-se não apenas a selvageria das relações de concorrência entre capitais, mas também aqueles considerados excedentes ao sistema se tornam culpados e responsabilizados pelos problemas da ordem social – como em muitas manifestações de extrema-direita na Europa e nos Estados Unidos em relação a trabalhadores imigrantes. Se outrora a política foi capaz de incluí-los, seu funcionamento atual aponta para sua inutilidade aos processos de acumulação.

A mais recente deriva autoritária não se assenta tanto na ausência de uma solidariedade perdida e a indiferença do âmbito político, como acreditam tanto Dardot e Laval quanto Streeck, na verdade, pode-se sugerir, na esteira de Horkheimer, que o processo de produção fortaleceu nos dominados tanto a concorrência como modelo de ação quanto a crença de que deve haver um “acima” e aqueles “abaixo” na ordem social, assim como há vencedores e perdedores na luta concorrencial. Os que tentam escapar da obediência vista como necessária, ou mesmo aqueles que não se encaixam na ordem, devem sofrer as consequências.



Por fim, o que as teses de Adorno sobre a passagem entre democracia e autoritarismo revelam é que, enquanto a forma das relações entre os indivíduos estiver intocada e, assim, seu próprio conteúdo, a necessidade de trabalhar em busca de um salário, não poderemos viver uma democracia substantiva. A forma política do capitalismo neoliberal e sua deriva autoritária, em particular, correspondem às agruras da maioria dos indivíduos. Se a revolta e a frustração entre eles não encontrar uma forma de organização das suas relações na qual eles sejam capazes de determinar decisivamente suas próprias vidas, então o descolamento entre a política e a economia pode seguir como tendência. Mais grave ainda é o fato de que muitos encontrarão formas substitutivas, falsas e deformantes de organização e de apaziguamento das frustrações. Essa ameaça, tal como Adorno bem ressaltou, está novamente latente nos dias de hoje.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor (2020): *Aspectos do Novo Radicalismo de Direita*, trad. de Felipe Catalani, São Paulo: Editora Unesp.
- ADORNO, Theodor (2019a): “Remarks on The Authoritarian Personality”, em Theodor W. Adorno et al., *The Authoritarian Personality*, London/New York: Verso, XLI-LXVI.
- ADORNO, Theodor (2019b): *Estudos sobre a Personalidade Autoritária*, trad. de Virgínia Helena Ferreira da Costa, Francisco López Toledo Corrêa, Carlos Henrique Pissardo, São Paulo: Editora Unesp.
- ADORNO, Theodor (2015): “Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista”, em *Ensaio sobre Psicologia Social e Psicanálise*, trad. de Verlaine Freitas, São Paulo: Editora Unesp, 153-190.
- ADORNO, Theodor (2008): *Educação e Emancipação*, trad. de Wolfgang Leo Maar, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ADORNO, Theodor (1976): “Introdução à controvérsia sobre o positivismo na sociologia alemã”, trad. de Wolfgang Leo Maar, em *Textos Escolhidos*, São Paulo: Abril Cultural, 215-264.
- ADORNO, Theodor (1965): “Democratic Leadership and Mass Manipulation”, em Alvin W. Gouldner (ed.), *Studies in Leadership. Leadership and democratic action*, New York: Russell and Russell, 418-438.
- ADORNO, Theodor W et al. (2019): “Introdução”, em *Estudos sobre a Personalidade Autoritária*, trad. de Carlos Henrique Pissardo, São Paulo: Editora Unesp, 71-120.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian (2016): *A Nova Razão do Mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*, trad. de Mariana Echalar, São Paulo: Boitempo Editorial.
- DE MARIA, Fábio (2021): “Fromm and Horkheimer: on the fundamentals of

- critical theory's anthropology", em *Fromm Forum*, no. 25, 42-62.
- DEMIROVIĆ, Alex (2018): "El populismo autoritario como estrategia neoliberal de gestión de la crisis", trad. de José A. Zamora, em *Constelaciones. Revista de Teoría Crítica*, no. 10, 116-134.
- DEMIROVIĆ, Alex (2010): "Continuar, ou o que significa falar da atualidade da teoria crítica", trad. de Stefan Klein, em *Remate de Males*, vol. 30, n. 1, 9-24.
- GRESPLAN, Jorge (2019): *Marx e a Crítica do Modo de Representação Capitalista*, São Paulo: Boitempo Editorial.
- HORKHEIMER, Max (1990): *Teoria Crítica. Uma documentação, tomo 1*, trad. de Hilde Cohn, São Paulo: Perspectiva.
- HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W. (1985): *Dialética do Esclarecimento*, trad. de Guido de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- LEVITSKY, Steven e ZIBLATT, Daniel (2018): *Como as Democracias morrem?*, trad. de Renato Aguiar, Rio de Janeiro: Zahar.
- MARCUSE, Herbert (1981): *Ideias para uma Teoria Crítica da Sociedade*, trad. de Fausto Guimarães, Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- MARIOTTI, Shannon L. (2016): *Adorno and Democracy. The American years*, Lexington: The University Press of Kentucky.
- MARX, Karl (1983): *O Capital. Crítica da economia política*, livro I, vol. 1, trad. de Regis Barbosa e Flávio Kothe, São Paulo: Abril Cultural.
- MORELOCK, Jeremiah (ed.) (2018): *Critical Theory and Authoritarian Populism*, London: University of Westminster Press.
- NEUPERT-DOPPLER, Alexander (2018): "Society and Political Form", trad. de Niall Bond e Werner Bonefeld, em Beverley Best, Werner Bonefeld, Chris O'Keane (ed.), *The SAGE Handbook of Frankfurt School Critical Theory*, vol. 2, London, SAGE, 816-833.
- NOERR, Gunzelin Schmid (2014): "Zur kritischen Theorie des psychischen und politischen Autoritarismus", em Ulrich Ruschig e Hans-Ernst (eds.), *Staat und Politik bei Adorno und Horkheimer*, Baden-Baden, Nomos, 41-59.
- RUSCHIG, Ulrich e SCHILLER, Hans-Ernst (eds.) (2014): *Staat und Politik bei Adorno und Horkheimer*, Baden-Baden, Nomos.
- STREECK, Wolfgang (2018): *Tempo Comprado. A crise adiada do capitalismo democrático*, trad. de Marian Toldy e Teresa Toldy, São Paulo: Boitempo Editorial.
- VASCONCELLOS, Caio e PUZONE, Vladimir (2018): "Estática e dinâmica do capitalismo tardio na teoria crítica", em *Tempo Social*, vol. 30, n. 3, 85-102.